

MARCOS TEODORO SCHEREMETA

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: FATOR PRIMORDIAL
PARA O SUCESSO DO PROGRAMA PATRULHA
ESCOLAR COMUNITÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

Orientador Metodológico: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Orientador de Conteúdo: Coronel QOPM Roberson Luiz Bondaruck

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

O mérito não está em receber honrarias, mas, sim, merecê-las.
Aristóteles

Ao Professor Doutor Américo Augusto Nogueira Vieira, orientador metodológico, que de maneira simpática, sobretudo didática, utilizou seu grande conhecimento prático para que este trabalho, apesar de árduo, fosse tratado e desenvolvido de maneira agradável e objetiva.

Ao Coronel QOPM Roberson Luiz Bondaruck, um dos precursores, dentro da Polícia Militar do Paraná, da divulgação da doutrina de Polícia Comunitária e da implantação dos programas baseados nesta filosofia, pelos conhecimentos e experiência transmitidos e que foram de fundamental importância para a conclusão, com grande conteúdo, deste trabalho.

Aos nobres membros da Banca de Avaliação, pela leitura atenciosa e pelas, sempre construtivas, críticas e sugestões.

Aos caros colegas do Curso Superior de Polícia, pelo incentivo, pela amizade, pelo companheirismo, pelos conselhos e, principalmente, pela honra e privilégio de termos compartilhado as longas e árduas horas de estudo e troca de experiências e conhecimentos, com o objetivo comum da necessária melhoria de nossas capacitações profissionais.

Em especial, aos Oficiais e Praças da PMPR e civis, principalmente na pessoa da amiga Advogada Margarete Maria Lemes, da Coordenação Estadual Operacional da Patrulha Escolar Comunitária, pelo inestimável e impagável apoio na transformação de uma idéia neste trabalho agora realizado, além do importante auxílio no fornecimento de dados e informações que são de seu conhecimento pessoal por sua longa e importante atuação no programa e grande experiência profissional.

Aos demais colaboradores, tanto do presente estudo, quanto do Curso em si, cada um com seu labor, cada qual da sua maneira, pela colaboração e orientações profissionais.

Por final, mas com muito carinho, agradeço à minha esposa Janiele e aos meus filhos Júlia Fernanda, Fábio Henrique e Mateus Rhyan, pelo amor,

carinho e incentivo incondicionais, especialmente nos momentos mais difíceis; pela compreensão, principalmente quando foram privados de minha atenção e cuidados, tanto enquanto me dedicava a proteger outras famílias, por conta de minha profissão, como pelas horas em que houve a necessidade da concentração para a elaboração deste trabalho; e pelo apoio durante todo esse longo ano de acumuladas tarefas e atividades.

Fale, e eu esquecerei; Ensina-me, e eu poderei lembrar; Envolve-me, e eu aprenderei.

Benjamim Franklin

Resumo da Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná e à Academia Policial Militar do Guatupê, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: FATOR PRIMORDIAL PARA O SUCESSO DO PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

Marcos Teodoro Scheremeta

Curitiba/2007

Orientador Metodológico: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Orientador de Conteúdo: Coronel QOPM Roberson Luiz Bondaruck

Programa: Convênio UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê)

Este trabalho desenvolve uma avaliação quanto à forma e métodos, diferenciados dos tradicionais aplicados em instituições e organizações policiais, de capacitação dos profissionais de segurança pública e de educação que atuam na Patrulha Escolar Comunitária, que é um Programa de Governo do Estado do Paraná desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná (PMPR), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, tendo por base os princípios e preceitos da filosofia de Polícia Comunitária. Tal análise avalia a própria concepção de polícia comunitária e sua adoção pela PMPR como uma nova forma de fazer e pensar polícia. Trata do surgimento do Programa Patrulha Escolar, sua implantação, funcionamento e etapas atualmente desenvolvidas. Aborda principalmente a forma de capacitação profissional dos integrantes do Programa. Descreve ainda os resultados operacionais e práticos da implantação do programa e da atuação das equipes junto às escolas, inclusive de melhoria nas condições de segurança pública em tais ambientes comunitários, culminando com a comprovação do sucesso da Patrulha Escolar Comunitária em decorrência de sua adoção como programa de policiamento comunitário e de sua forma própria e diferenciada de capacitação profissional.

Palavras-Chave: Polícia Comunitária. Capacitação. Patrulha Escolar.

Abstract of Monograph presented to the Federal University State of the Paraná and to the Military Police of the Guatupê, as part of the necessary requirements for attainment of the heading of Specialist in Strategies in Public Security.

PROFESSIONAL QUALIFICATION: PRIMORDIAL FACTOR FOR THE SUCCESS OF THE PROGRAM PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

Marcos Teodoro Scheremeta

Curitiba, 2007

Methodological Advisor: Américo Augusto Nogueira Vieira, D.Sc.

Content Advisor: Coronel QOPM Roberson Luiz Bondaruck

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) accord

This work develops an evaluation about form and methods, differentiated of the traditional ones applied in institutions and police organizations, of qualification of the professionals of public security and education that act in Patrulha Escolar Comunitária, that it is a Governmental Program of the Paraná State developed by Military Police of the Paraná State (PMPR), in partnership with the State Secretary of the Education, having for base the principles and rules of the philosophy of Communitarian Policy. This analysis evaluates the proper conception of communitarian policy and its adoption for the PMPR as a new form to make and thinks about policy. It deals with the sprouting of Programa Patrulha Escolar, its implantation, functioning and stages currently developed. It mainly approaches the form of professional qualification of the integrant ones of the Program. It still describes the operational and practical results of the implantation of the program and the performance of the teams next to the schools, also of improvement in the conditions of public security in such communities, culminating with the evidence of the success of Patrulha Escolar Comunitária in result of its adoption as program of communitarian policing and its proper and differentiated form of professional qualification.

Words Key: Communitarian policy. Qualification. School Patrol.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
CAO	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
IGPM	INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES
NRE	NÚCLEO REGIONAL DE ENSINO
OPM	ORGANIZAÇÃO POLICIAL-MILITAR
PB	PONTO BASE
PEC	PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA
PM	POLICIAL-MILITAR ou POLÍCIA MILITAR
PM/3	3ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR DA POLÍCIA MILITAR – SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES
PMPR	POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
POVO	POLICIAMENTO OSTENSIVO VOLANTE
PROERD	PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA
PRONASCI	PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA
QOPM	QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES
RMC	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
SEED	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ
SisCOp	SISTEMA DE CONTROLE OPERACIONAL DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS-MILITARES

LISTA DE FIGURAS

	P.
Figura 1 - Fotografia do Auditório, em Faxinal do Céu – Capacitação da PEC, em 03/03/2006	12
Figura 2 - Logomarca do Programa “PEC”	27
Figura 3 - Fotografia de policiais-militares capacitados em Faxinal do Céu, em 03/03/2006	34

LISTA DE QUADROS

	P.
Quadro 1 – Dados Estatísticos do Programa Patrulha Escolar Comunitária	31
Quadro 2 – Número de militares estaduais capacitados pelo Programa Patrulha Escolar Comunitária desde 2003	35
Quadro 3 – Dados do Programa Patrulha Escolar Comunitária	42
Quadro 4 – Armas de fogo apreendidas	43
Quadro 5 – Adolescentes apreendidos	43
Quadro 6 – Adultos presos	44

SUMÁRIO

	P.
1 INTRODUÇÃO	12
2 A FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	16
2.1 A FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	16
2.2 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	21
3 O PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA.....	24
3.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	25
3.2 O ATUAL PROGRAMA DA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA	27
4 A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA.....	33
4.1 RESULTADOS JÁ OBTIDOS.....	33
4.2 O PROGRAMA BÁSICO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	36
4.2.1 Para a Primeira Etapa do Programa.....	37
4.2.2 Para a Segunda Etapa do Programa.....	38
4.2.3 Para a Terceira e Quarta Etapas do Programa	39
4.2.4 Para a Quinta Etapa do Programa	39
4.2.5 Palestras Complementares	40
4.3 VINCULAÇÃO OPERACIONAL	40
5 RESULTADOS OPERACIONAIS E PRÁTICOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS ESCOLAS.....	41
6 COMPROVAÇÃO DO SUCESSO	46
6.1 SUCESSO X CAPACITAÇÃO	50
7 CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	55

CAPÍTULO 1

O que eu espero senhores, é que depois de um razoável período de discussão, todo mundo concorde comigo.
Winston Churchill

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar com o tema da “presença policial nas escolas”, presença esta que tem se intensificado nos últimos anos, fruto do crescimento dos índices de violência e criminalidade neste ambiente em particular, já há algum tempo tem ocupado boa parte da atenção do autor e de suas atividades como profissional de segurança pública, principalmente pelo aspecto de trabalhar inúmeras vezes com a capacitação de policiais-militares e de outros profissionais de segurança pública e fiscalização ligados à escola e ao ensino.

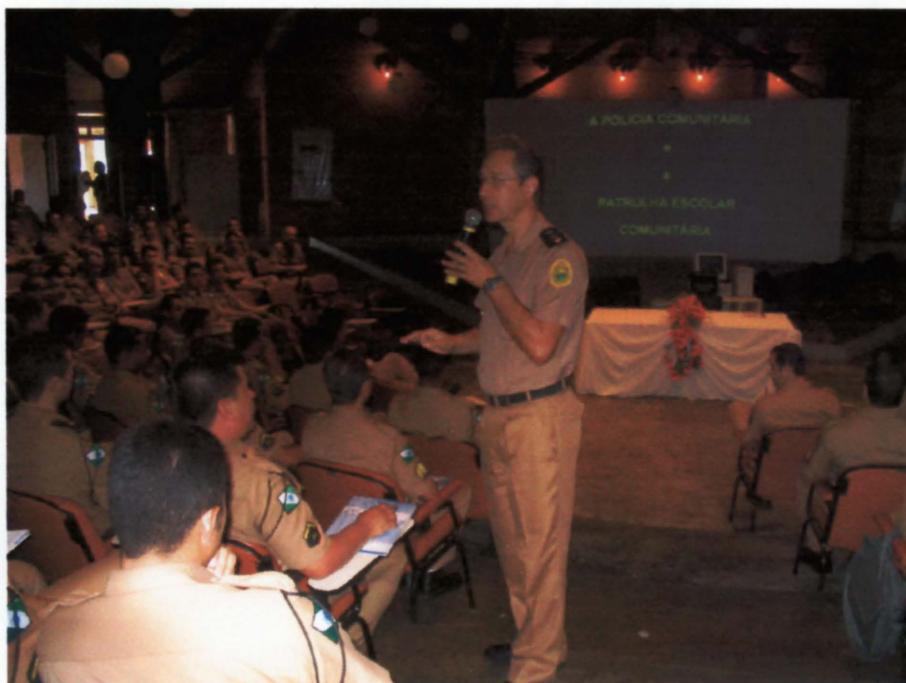


Figura 1 – Fotografia do Auditório, em Faxinal do Céu – Capacitação da PEC, em 03/03/2006.

Fonte: Arquivo pessoal.

Mas a questão é que não há mais como esconder que a “violência” (mais pelo aspecto da criminalidade violenta) e a “criminalidade” (o próprio crime e o criminoso em si), presentes também no ambiente escolar, são hoje temas constantes de estudos, discussões, trabalhos científicos, reportagens, campanhas publicitárias e político-partidárias e, enfim, do dia-a-dia nacional. Negar que atualmente a escola, local destinado à formação do futuro cidadão, com a missão inclusive de contribuir para a formação do caráter do indivíduo, corre sérios riscos devido às deformações de nossa sociedade, sociedade esta que está mais voltada para valores materiais do que para valores morais, intelectuais, culturais e espirituais, também não é mais possível.

Ocorre assim que, pela grande importância na formação do ser humano, especificamente no período da infância e da juventude, como indivíduo e como cidadão, ou seja, como “ser social”, o ambiente escolar deve ser, necessária e obrigatoriamente, um local seguro e tranqüilo para alunos, professores, funcionários e pais. E para isto são necessárias medidas governamentais, institucionais e comunitárias que possibilitem que cada escola, se possível, alcance um patamar mínimo de segurança e de tranqüilidade.

Uma dessas medidas foi colocar o policial, principalmente o policial-militar, diretamente no ambiente escolar, não como simplesmente o representante do braço repressor do Estado, mas sim como um agente comunitário, como um educador social, como um parceiro da sociedade. Enfim, como um assessor de segurança para aquele ambiente comunitário específico.

Mas essa presença do policial-militar na escola, que no Estado do Paraná se dá por meio da chamada Patrulha Escolar Comunitária (PEC), precisou e precisa ser, constantemente, muito bem planejada e muito bem trabalhada, com o envolvimento de vários atores e operadores da segurança pública e da educação.

Esta preocupação é que fez o autor escolher verificar a capacitação profissional como causa do sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária desenvolvido pela Polícia Militar no Estado do Paraná (PMPR) como tema de estudo, além da própria questão da presença da Polícia Militar no ambiente escolar.

O presente trabalho, além de comprovar o sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária no Estado do Paraná, irá demonstrar que a Filosofia da “Polícia Comunitária” obrigou que a capacitação dos profissionais envolvidos fosse

“diferenciada”. Tal diferenciação é o fator primordial do sucesso do Programa, sucesso que se revela na melhoria do relacionamento entre “polícia” e “comunidade” e na melhoria do “ambiente” escola, e na diminuição da violência e da criminalidade em várias escolas por conta da presença do policial-militar capacitado em “Patrulha Escolar Comunitária” e em “Polícia Comunitária”.

Para alcançar essa meta, inicia-se este trabalho descrevendo, já no segundo capítulo, a “filosofia de polícia comunitária” e seus pressupostos, sua forma de atuação no contexto das forças policiais, principalmente na Polícia Militar do Paraná, e como esta filosofia serve para a implementação da mudança do comportamento operacional e pessoal do “policial de rua”, procurando também demonstrar a necessidade do entendimento dessa nova estratégia de atuação da polícia que é a Polícia Comunitária.

Posteriormente, o terceiro capítulo traz a lume o Programa Patrulha Escolar Comunitária, desde seu surgimento no âmbito da Polícia Militar do Paraná, sua evolução, passando por sua implantação e fases de desenvolvimento, até seu estágio atual, demonstrando alguns de seus resultados.

Finalmente, no capítulo seguinte, debruça-se especificamente sobre a questão central deste trabalho, que é a capacitação profissional dos militares estaduais que trabalham na Patrulha Escolar Comunitária, como ela funciona, o conteúdo programático diferenciado implantado, os participantes, as parcerias e dados obtidos junto à Coordenação Estadual do Programa.

No quinto capítulo relatam-se os resultados operacionais e práticos decorrentes da implantação do Programa nas escolas estaduais, com dados também obtidos junto à Coordenação Estadual Operacional da Patrulha Escolar Comunitária, em que estarão resultados e índices já alcançados, bem como descritas algumas das conseqüências diretas e indiretas do modelo de capacitação profissional que é específico para as atividades de patrulhamento escolar. Também dar-se-ão notícias sobre os resultados do Programa para a questão da “polícia comunitária” e para a própria Polícia Militar do Paraná como instituição.

Por último, apresenta-se, no sexto capítulo, dados, fatos e outros aspectos que comprovam o sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária, bem como seu alcance como um programa bem planejado e estruturado, em especial em conseqüência das atividades de capacitação profissional diferenciada, que é o tema

principal deste trabalho, no qual serão demonstrados a importância do programa junto às escolas e seus resultados na diminuição da violência e da criminalidade.

CAPÍTULO 2

Aprender me alegra porque me capacita a ensinar.
Sêneca

2 A FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Neste momento, é importante destacar a diferença existente entre “polícia comunitária” e “policimento comunitário”, uma vez que não são termos sinônimos, mas têm causado alguma confusão que necessita ser desfeita.

2.1 A FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Ao apresentar este trabalho, destacou-se, dentre outros pontos, a degradação do ambiente escolar – importante célula social e comunitária de formação do cidadão – por conta do aumento da criminalidade e da violência de maneira geral que também tem alcançado a escola e seus diversos atores. Agora, neste segundo capítulo, trataremos da adoção da filosofia de polícia comunitária como nova forma de “fazer” e “pensar” polícia e as suas estratégias para combater a criminalidade e a violência, inclusive junto às escolas.

Inegável hoje é a crescente mudança comportamental da sociedade brasileira, quer seja cultural, econômica ou social, que se intensificou nos últimos anos e, de uma forma ou de outra, alterou o estilo de vida nacional e exigiu uma maior presença do Estado no atendimento de suas prioridades básicas, dentre elas a educação e a segurança.

O próprio Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado pelo Governo Federal, traz em sua “Apresentação” que:

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é uma iniciativa pioneira que reúne ações de prevenção, controle e repressão da violência com atuação focada nas raízes sócio-culturais do crime. Articula programas de segurança pública com políticas sociais já desenvolvidas pelo governo federal, sem abrir mão das estratégias de controle e repressão qualificada à criminalidade. (BRASIL, 2007).¹

Acrescenta ainda que:

Além dos profissionais do sistema de segurança pública, o Pronasci tem como público-alvo jovens de 15 a 29 anos que estão à beira da criminalidade ou já em conflito com a lei. O objetivo é a inclusão e acompanhamento do jovem em um percurso social e formativo que lhe permita o resgate da cidadania. (BRASIL, 2007)²

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), como está transcrito no próprio texto explicativo “O que é o Pronasci”,

[...] marca uma iniciativa inédita no combate à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas. No campo da prevenção, dezenas de projetos contarão com o envolvimento direto da própria comunidade que, ciente dos seus direitos, atuará em conjunto com as forças policiais para a redução da violência. (BRASIL, 2007).³

Ocorre então que a maior presença estatal nas áreas da educação e segurança não poderia se resumir apenas em maiores investimentos nestas sensíveis áreas, mas também e principalmente, alcançar o elemento humano, o quadro de pessoal que trabalha e que necessita entender perfeitamente esta necessidade de mudança comportamental.

No Brasil, vários são aqueles que, mesmo não exercendo a atividade, consideram-se “técnicos” em Segurança Pública, verdadeiros “entendidos”, porém poucos realmente são os especialistas, principalmente fora dos quadros profissionais dos órgãos que desenvolvem esta importante atividade estatal, ou seja, as Polícias.

¹ Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRIE.htm>>. Acesso em: 15 out. 2007.

² Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRIE.htm>>. Acesso em: 15 out. 2007.

³ Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108>>

Essa situação piora ainda mais quando se fala em Polícia Comunitária, em Policiamento Comunitário. E o que é mais grave ainda: poucos policiais, infelizmente, conhecem e entendem esta filosofia, esta nova forma de “fazer” e de “pensar” polícia e como são desenvolvidos os programas que são baseados em seus princípios.

Embora os discursos e a propaganda, principalmente quando política, afirmem que a Polícia de alguns Estados brasileiros sejam hoje Polícias Comunitárias, ou seja, afirmem que já capacitaram seus integrantes e modificaram comportamentos profissionais e pessoais, implementando programas baseados na filosofia da Polícia Comunitária, estes programas não chegaram a provocar mudanças significativas no que tange à visão que a sociedade brasileira tem para com a instituição Polícia Militar, pois a idéia que se tem é de uma organização violenta, despreparada, desorganizada e um instrumento de força repressiva do Estado.

Assim, a maioria das Polícias Militares brasileiras continua a desenvolver o mesmo tipo de policiamento repressivo de décadas passadas, no que, em face das desigualdades sociais pertinentes a cada Estado, são mais ou menos eficientes em suas áreas de atuação. Além disso, quase nada fizeram de concreto para mudar esta imagem frente à sociedade, não percebendo que os métodos tradicionais de policiamento não estão obtendo êxito.

Para piorar, uma onda de violência e criminalidade tem atingido um núcleo social de extrema importância: a comunidade escolar, englobando as escolas e seus entornos, os alunos, professores, diretores, pedagogos, funcionários e até suas respectivas famílias. As escolas, por vários fatores, tornaram-se realmente vulneráveis ao crime, à criminalidade e ao criminoso. Segundo Zuin:

Nunca se falou tanto sobre a presença de práticas de violência nas escolas brasileiras tal como hoje. Cotidianamente, somos surpreendidos com notícias dos jornais impressos e televisivos sobre assassinatos de alunos cometidos por colegas da própria turma ou professores que são agredidos, ou mesmo mortos, por seus alunos em sala de aula e à luz do dia. Assim que tais fatos acontecem, a mídia em geral focaliza as luzes de seus holofotes para o crime mais recente que tende a ser rapidamente esquecido em decorrência de um outro crime mais “espetacular”. De fato, este crime vence a “concorrência” com outros acontecimentos bárbaros e consegue, como diriam Adorno e Horkheimer, movimentar novamente os trilhos gastos

de nosso aparato perceptivo, fazendo com que nossa atenção lhe seja direcionada. (BRUNETTA, 2006, p. 9)

Com propriedade, Brunetta faz ainda uma assertiva categórica sobre esse problema da violência nas escolas, quando faz menção sobre a perda da autoridade por parte dos professores, fazendo com que seja necessária a presença da autoridade policial na escola, assim se posicionando:

A autoridade emerge como questão pertinente para este trabalho no momento em que, aparentemente, há certa responsabilização da polícia na tarefa de exercer a autoridade no processo educativo/formativo frente à ampliação dos casos de violência no interior das escolas e que tende fortemente a ser explicada pela perda da autoridade por parte dos docentes. Não somente é delegada aos policiais essa função, como eles também se vêem capacitados para realizar tal tarefa, por meio de programas educacionais de combate à violência e ao consumo de drogas – entre outros, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que será analisado posteriormente. (BRUNETTA, 2006, p. 36).

Paralelamente a isto, é claro que há a questão de policiais ineficientes e despreparados e, principalmente, não engajados na filosofia voltada para a interação com a comunidade; a questão da escola que não está realizando seu primordial papel – o processo de ensino-aprendizagem, mudando comportamentos; e a posição da família, que hoje delega à escola a questão da educação, quando na realidade deveria ser indelegável este papel de formação de caráter e de cidadania.

Olhando-se então por este lado estratégico, observa-se que a minimização desse problema pode se dar com a atuação de policiais que interajam com a comunidade, a fim de identificar os reais problemas existentes em suas áreas, e com uma polícia capaz de despertar a consciência de todos para sensibilizarem-se com as desigualdades sociais das quais todos são responsáveis, sobrepondo aos interesses particulares. Esta polícia é que se pode definir como Polícia Comunitária. E é esta polícia que é de vital importância para as corporações Policiais Militares, se estas realmente pretendem permanecer no cenário como órgãos responsáveis pela Segurança Pública.

A Polícia Comunitária, doutrinariamente na Polícia Militar do Paraná (PMPR),

[...] é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia),

sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública. (PARANÁ, 2004, p. 2 et. seq.)

Reforçando este conceito inicial e para o perfeito entendimento da filosofia de Polícia Comunitária, encontramos em **Polícia Comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão** a seguinte definição:

A atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de “os seis grandes”. São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia. (BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 48).

Partindo deste entendimento e sabendo que a Polícia Militar não é mero suplemento social, mas componente vital da sociedade, situada no vértice de causas e efeitos, como desaguadouro natural de ansiedades e tensões da comunidade, tem-se que o profissional de segurança pública – no caso o policial-militar – tem sido um ponto de referência para a população. Porém, mais do que isso, a população deve ver na figura do policial-militar, atuante e prestativo, um zeloso guardião da ordem e da disciplina sociais, digno da confiança e da admiração pública.

Os problemas sociais hoje vivenciados e cada vez mais agravados, aí incluídos os de segurança pública, ultrapassam a capacidade técnica dos órgãos policiais e só terão solução efetiva se tratados em conjunto com a comunidade. Destarte, em termos de segurança pública, não é possível que a comunidade permaneça em atitude passiva. A sua colaboração e seu apoio são imprescindíveis como forma de expansão dos recursos alocados à Polícia Militar pelo Estado.

A polícia comunitária, como essa nova “*filosofia de pensar e agir na proteção e socorro públicos*”, baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão.

2.2 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O que é importante é que não se pode confundir “Polícia Comunitária” com “Policiamento Comunitário”. Buscando novamente ajuda em **Polícia Comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão**, tem-se a afirmação de que é uma impropriedade técnica afirmar que ambos os termos são sinônimos. A definição de Polícia Comunitária já está transcrita acima. Agora, especificamente sobre Policiamento Comunitário, à guisa de conceito, podemos dizer que “*o policiamento Comunitário é uma atividade específica da polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia*” (BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 49), com destaque à Polícia Militar, quando na proteção do cidadão. Isto, porém, não faz com que sejam excluídas as atividades do policiamento tradicional realizadas normalmente pelo policial-militar. Aos enfoques da atuação tradicional são acrescidos procedimentos comunitários, visando adequar convenientemente o policial-militar à nova filosofia.

Por tal motivo têm-se, conforme estabelecido na **DIRETRIZ GERAL DE PLANEJAMENTO E EMPREGO DA PMPR (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004)**, para a Polícia Militar do Paraná, como agência pública de proteção e socorro comunitário, em resumo, os seguintes *pressupostos básicos* do policiamento comunitário:

- a) a prioridade da atuação preventiva (proativa) da Polícia Militar, agindo prioritariamente, para evitar que delitos aconteçam, como atenuante de seu emprego repressivo;
- b) a presença mais permanente do policial-militar junto a uma determinada localidade;
- c) a parceria e cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas;
- d) a agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- e) a preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
- f) a resposta ao maior número possível de acionamentos tendentes à sua totalidade;
- g) a visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;

- h) a transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional, pela população;
- i) a atuação do policial-militar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população;
- j) um maior enfoque para a necessidade de um envolvimento comunitário, na busca da excelência organizacional da Polícia Militar, proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade. (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 3 et. seq.)

Reforçando esta afirmação, também está estabelecido na mesma Diretriz que outros pressupostos básicos do emprego operacional dos efetivos da PMPR são a “Ênfase na Ação Preventiva” e a “Segurança Objetiva e Segurança Subjetiva”. (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 4).

No primeiro caso, a idéia do emprego do policiamento comunitário fica reforçada quando assim é estabelecido:

O emprego das frações deve obedecer a um criterioso planejamento, elaborado em bases realísticas e dados estatísticos confiáveis, que atente para as informações pertinentes à defesa pública e aos anseios e às necessidades da comunidade, propiciando a aplicação de recursos humanos e materiais nos horários e locais de maior risco. O patrulhamento preventivo (proativo), executado com inteligência, decorrente de planejamento cuidadoso, com escolha de itinerários e locais de Ponto Base (PB) estabelecidos com critérios científicos pela análise das informações especiais e temporais, inibe a oportunidade de delinquir, interrompendo o ciclo da violência. Se não for possível agir diretamente sobre a vontade do agente, a Polícia Militar deve restringir a oportunidade de ação do delinqüente, dando ênfase à ação preventiva. A presença ostensiva, correta e vigilante do policial militar nos locais de risco, a qualquer hora, inibe a ação do delinqüente. A ação de presença da PM reduz os riscos e estabelece um clima de confiança no seio da comunidade. (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 4).

Já, para o segundo pressuposto citado, assim estabelece a doutrina:

O verdadeiro ambiente de segurança é obtido pela combinação do aspecto objetivo, que é a **ausência real de riscos e perigos**, desiderato dos órgãos de defesa social, com o aspecto subjetivo, definido como **crença nessa ausência de riscos** (sensação de segurança), a ser cultivada e reforçada junto à comunidade. A Polícia Militar deverá mobilizar-se para evitar os riscos e amenizar os medos a que está sujeita a população, e também para proporcionar-lhe um ambiente de confiança em seu trabalho. Mais uma vez ressalte-se a necessidade de se cuidar, permanentemente, da integração e interação da PM com a comunidade, com o fim de alcançarem seus objetivos comuns, por meio da cooperação mútua, da unidade de propósitos e da ação solidária. (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 4).

No Estado do Paraná, a filosofia do policiamento comunitário está, atualmente, presente em dois programas de policiamento ostensivo-preventivo desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná, com apoio do governo estadual, e que são baseados nessa nova “*filosofia de pensar e agir na proteção e socorro públicos*”: o Policiamento Ostensivo Volante (**Projeto POVO**) e a **Patrulha Escolar Comunitária (PEC)**. Um outro projeto está já em andamento, com a implantação de um “piloto” no município de São José dos Pinhais, que é a Patrulha Comunitária Rural. Neste trabalho deixa-se de lado o Projeto POVO e a Patrulha Rural, mas aborda-se amplamente, no capítulo seguinte, o Programa da Patrulha Escolar Comunitária.

Cabe aqui apenas um comentário sobre outro programa adotado pela Polícia Militar do Paraná e direcionado especificamente ao ambiente escolar, que é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que também não será objeto de estudo e pesquisa neste trabalho, mas que tem sua grande valia como instrumento de modificação de comportamentos de crianças e jovens, pregando a necessidade de afastamento das drogas e da violência; isto por meio de ações educacionais, muito mais do que ações policiais específicas de polícia comunitária e de policiamento preventivo, que são o foco das ações da Patrulha Escolar Comunitária.

CAPÍTULO 3

Aquele que abre uma porta de escola fecha uma prisão.
Victor Hugo

3 O PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

Recordando rapidamente, no capítulo anterior viu-se a filosofia de polícia comunitária, suas bases, preceitos, conceitos e formas de atuação, que veio como uma estratégia para que se alterasse a maneira de pensar e agir do policial no trato e atendimento à população, com a conseqüente mudança comportamental de seu agir profissional e pessoal. Neste capítulo será tratado o Programa Patrulha Escolar Comunitária criado pela PMPR e adotado pelo Governo do Estado do Paraná como um programa governamental e institucional na área de segurança pública, com suas estratégias, fases de implantação, formas de atuação e resultados já obtidos.

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) já incorporou, há algum tempo, esta filosofia de Polícia Comunitária em sua doutrina operacional para emprego de efetivos em ações e operações que visem, principalmente, reduzir a violência e a criminalidade e também resgatar a credibilidade da sociedade para com a polícia. Um dos programas implantados pela PMPR no Estado do Paraná e baseado nesta nova forma de “fazer” e de “pensar” polícia é a Patrulha Escolar Comunitária – PEC.

A implantação desta nova forma de empregar o efetivo no policiamento ostensivo se mostrou necessária para atender os interesses tanto estatais como da própria comunidade no alcance daquela importante parcela da população freqüentadora do ambiente escolar e que constantemente se via vítima da violência e da criminalidade.

3.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

Após uma experiência embrionária no âmbito do 12º Batalhão de Polícia Militar da PMPR, em Curitiba, na década de 1980, a **Patrulha Escolar**, também por iniciativa da Polícia Militar do Paraná, surgiu no ano de 1994, por meio do Projeto Galha Azul (PARANÁ, 1994), no qual a PMPR, sensível ao problema da educação e consciente da sua responsabilidade para com a comunidade, buscou minimizar o problema da violência nas escolas, implementando para tanto, uma ação direcionada especificamente para a segurança das escolas da rede estadual e municipal de ensino de Curitiba com o objetivo de reduzir ao máximo qualquer comportamento ou atividade que colocasse em risco o bem-estar e a segurança das crianças e dos adolescentes.

A ação de polícia ostensiva preconizada pelo Projeto Galha Azul era desenvolvida por duplas de policiais-militares femininas que realizavam suas atividades por meio do “patrulhamento motorizado” e de “permanência” em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino da Capital, complementando com visitas programadas a eles, com a finalidade de ampliar a sensação de segurança e a proteção às crianças e adolescentes.

Posteriormente, em 1997, este Projeto foi ampliado, estendendo-se tal atividade aos municípios de Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras, todos na Região Metropolitana de Curitiba, mantendo sua forma de atuação com policiais-militares femininas e com patrulhamento nas escolas, feito com 12 (doze) equipes distribuídas na Capital e uma (01) equipe em cada município citado. O Projeto já previa a interação com as autoridades locais.

Alguns avanços foram atingidos. Porém, na Capital, com o decorrer do tempo, o serviço foi desmobilizado, dando margem à proliferação dos pequenos delitos. Estas ocorrências havidas nos ambientes escolares despertaram a atenção do Comando (por meio da Seção de Planejamento e Operações – P/3) do 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM), que é a Unidade Operacional de Área com responsabilidade sobre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e da Chefia do Núcleo Regional de Ensino da Área Norte (por meio de sua Ouvidoria), em cuja área os problemas eram mais freqüentes.

Por parte do Comando do 17º BPM, já no ano de 2000, foi elaborado o Projeto “**PATRULHA ESCOLAR III**” (PARANÁ, 2000, PROJETO PATRULHA ESCOLAR III), que abrangeria os 22 (vinte e dois) municípios da Região Metropolitana de Curitiba que lhe são subordinados, que aos poucos foi sendo implantado como “projeto piloto”, dentro das possibilidades e das realidades daquela Organização Policial-Militar (OPM).

Em 2003, a Advogada Margarete Maria Lemes, então Assessora Jurídica do Núcleo Regional de Ensino da Área Norte (Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o então 2º Tenente QOPM Wagner de Araújo, apresentou ao Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná o Programa “**POR UMA ESCOLA MAIS SEGURA**”, a ser implantado justamente nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba e também na própria Capital, que visava ao estabelecimento de uma parceria entre a Polícia Militar, a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio do Núcleo Regional de Ensino correspondente, a Comunidade Escolar (alunos, pais, professores, diretores, funcionários, administração e colaboradores), além da participação de instituições e autoridades locais dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Recepcionado pela Corporação, que editou a **DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR**, este programa fez com que o Projeto “Patrulha Escolar III” cada vez mais ganhasse força, passando a ser muito mais que um projeto institucional, pois também foi reciclado, melhorado e melhor estruturado para realmente estar dentro da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, tanto é que ganhou status e estrutura de Programa de Governo do Estado, que iniciado em meados de 2003 com a capacitação dos primeiros 65 (sessenta e cinco) policiais-militares que atuavam em Curitiba e Região Metropolitana e de outros 80 (oitenta) para Londrina, foi lançado oficialmente em Fevereiro de 2004 com a denominação “**PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA**”.

3.2 O ATUAL PROGRAMA DA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA



Figura 2 – Logomarca do Programa “PEC”
Fonte: Coordenação Estadual Operacional
do Programa “PEC”

Nesta nova fase, como um Programa de Governo do Estado do Paraná, o PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA conta com duas coordenações distintas. Uma Coordenação Estadual, de caráter político-institucional, vinculada diretamente ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, hoje na pessoa do Tenente-Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, que, quando ainda Capitão, Chefe da Seção de Planejamento do 17º Batalhão de Polícia Militar, foi um dos idealizadores do “**Projeto Patrulha Escolar III**”, já comentado, o qual, depois de somado ao também já comentado Programa “Por Uma Escola Mais Segura”, deu origem ao Projeto, hoje Programa Estadual, PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA.

A outra, de caráter técnico-operacional, denominada de Coordenação Estadual “Operacional”, vinculada diretamente ao Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, é composta por Oficiais e Praças da PMPR e civis oriundos da Secretaria de Estado da Educação (SEED). Esta Coordenação é responsável pelo planejamento das ações e operações que envolvam a PEC como um todo, pelo estabelecimento da maneira de atuação dos policiais-militares que pertencem ao programa, pela capacitação profissional dos militares estaduais e dos civis vinculados aos Núcleos Regionais de Ensino e às escolas estaduais, além de servir de coordenação e assessoria técnica junto à PMPR e à SEED. Funciona também

como órgão de supervisão, fiscalização e controle do programa em si (e de suas etapas) e dos profissionais que foram capacitados e atuam diretamente neste tipo específico de policiamento ostensivo especializado, incluídos aqui os diversos Oficiais de Ligação que estão distribuídos nos diversos Batalhões Operacionais e Companhias Independentes de Área da Corporação.

O atual Programa PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA, conforme previsto na **DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR (PARANÁ, 2003, DIRETRIZ N.º 004)**, está dividido em cinco (05) etapas, a saber:

- a) Avaliação das instalações físicas do estabelecimento quanto à funcionalidade e segurança que estas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, com a emissão de “laudo de segurança” para instruir solicitações de recursos oficiais para reparos e adaptações. Os policiais-militares visitam a escola e, atendendo a critérios previamente definidos, procedem à avaliação das instalações físicas, orientando a direção quanto a procedimentos que possam tornar o local mais seguro e funcional;
- b) Coleta de informações junto à comunidade escolar para formação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos, identificando problemas comuns, buscando soluções, refletindo sobre os papéis de cada segmento e obter compromissos em cada segmento social. Para a elaboração desse diagnóstico escolar há a necessidade de que a realidade local seja diagnosticada e, conjunto pelos policiais, professores, diretores, alunos e funcionários;
- c) Concretização das idéias, tomada de providências e mudanças nos procedimentos pela administração e pela comunidade escolar, com o apoio dos policiais-militares. É a execução e a realização das providências indicadas no diagnóstico;
- d) Palestras à comunidade escolar, alcançando alunos, pais, professores e funcionários. As palestras serão ministradas por policiais-militares da Patrulha Escolar Comunitária a cada um destes segmentos da comunidade escolar, com temas distintos para cada segmento;
- e) Elaboração do Plano de Segurança. Todas as atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar Comunitária e que estão descritas anteriormente serão registradas no Plano de Segurança de cada estabelecimento de ensino, de forma a traduzir todas as atividades desenvolvidas pela comunidade escolar e administração do estabelecimento em prol da segurança daquela parcela da comunidade. (PARANÁ, 2003, DIRETRIZ N.º 004, p. 5 et. seq.)

Além das atividades citadas nas etapas acima, consta do Programa da Patrulha Escolar Comunitária o desenvolvimento de atividades complementares, quais sejam:

- a) Patrulhamento diferenciado;
- b) Interação com a comunidade e autoridades locais;

- c) Aconselhamento de alunos;
- d) Mediação na resolução de conflitos;
- e) Buscas e revistas pessoais (preventivas e por fundada suspeita);
- f) Operações policiais nas áreas externas das escolas.

Este trabalho em etapas e em atividades complementares possui dois objetivos principais. O primeiro é a “**prevenção**” (ações proativas) às ilicitudes penais que possam ser cometidas por estudantes dentro ou fora do ambiente escolar. O segundo é a “**transformação**” da realidade de violência e criminalidade que assola este ambiente em especial. Assim, tornou-se como objetivo secundário a atuação da Polícia Militar nas medidas reativas, ou seja, repressão a crimes, contravenções e atos infracionais.

O **Policimento Escolar**, citado doutrinariamente como “*orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais*” (PMPR, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 29), executado na forma de Patrulha Escolar Comunitária, nada mais é que a basilar atividade de “*policimento ostensivo*” em “*ação de presença*” que deve atuar precipuamente preventivamente (ações proativas), e atuar supletivamente na repressão a crimes e a atos infracionais. A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento à escola quanto à segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

Em resumo, e buscando a doutrina contida no Manual Básico de Policiamento Ostensivo (BRASIL, IGPM, 1980) tem-se que a Patrulha Escolar Comunitária é **Policiamento Ostensivo, nos processos “a pé” e “motorizado”, nas modalidades de “patrulhamento” e “permanência”, de circunstância “ordinária”, “urbano” e “diuturno”, desenvolvido junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de polícia comunitária e que tem por objetivos específicos:**

- a) Fazer do ambiente escolar um local seguro e tranquilo para alunos e professores e de despreocupação para pais e familiares;

- b) Dar especial atenção ao uso e tráfico de drogas nas escolas e em suas proximidades;
- c) Ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto à comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança;
- d) Incentivar o relacionamento entre educandários e Unidades Operacionais de Área, proporcionando maior conscientização dos alunos por meio de projetos, palestras ou debates coordenados pela Polícia Militar, para o fornecimento de informações que possibilitem à detecção e extinção dos fatores que causam risco à segurança do corpo docente e discente;
- e) Incentivar e apoiar atividades culturais, desportivas e de lazer para a comunidade escolar, programas comunitários de amparo e proteção à criança e ao adolescente, campanhas educativas antidrogas, de segurança no trânsito, de proteção ao meio ambiente, de retorno às aulas, de férias em paz, entre outras. (PARANÁ, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 29-30)

Observa-se assim que a Polícia Militar do Paraná, por meio da Patrulha Escolar Comunitária, adota uma série de medidas de orientação e prevenção direcionadas aos alunos, pais e professores por meio de dinâmicas de grupo a fim de interagir com toda a comunidade escolar, debatendo e propondo soluções naquele ambiente, interna e externamente, tornando-o mais seguro, afastando e minimizando os conflitos de convivência naquele ambiente como no combate e prevenção ao uso de drogas e outros crimes.

Uma dessas medidas é a chamada “Busca Pessoal Preventiva”, na qual houve uma adaptação, por parte das equipes da Patrulha Escolar Comunitária, nas técnicas policiais-militares tradicionais de abordagem, sendo criado um método próprio para execução da busca pessoal (a tradicional “revista”) no interior dos estabelecimentos de ensino, utilizando-se do que prevê a legislação vigente (Código de Processo Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente) e alguns preceitos pedagógicos.

Para que esta atividade de revista preventiva seja executada, a Coordenação Operacional do Programa estabelece, obrigatoriamente, a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) Constatação de um histórico de fatos delituosos que tenham acontecido no estabelecimento de ensino, ou suspeita do uso ou tráfico de drogas, ou porte de armas (de fogo ou brancas), e outras suspeições identificadas pelo profissional de segurança pública;

- b) Realização de uma Assembléia com pais (ou responsáveis) dos alunos, tendo como pauta específica a atividade de revista em alunos, em que a maioria dos presentes deverá verificar a necessidade ou não da revista. Caso solicitada a ação policial, o referido documento é encaminhado ao Núcleo Regional de Ensino correspondente;
- c) Ciência (concordância) por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário responsável pela Vara da Infância e da Juventude da comarca;
- d) Planejamento operacional específico para tal ação ou operação.

Preventivamente, o Programa Patrulha Escolar Comunitária tem obtido resultados até mesmo em curto prazo (o que não é tão normal em programas de segurança pública), isto com a diminuição não só da criminalidade, mas também com a melhoria no relacionamento interativo da Polícia Militar com a comunidade, mais especificamente com as crianças e os jovens adolescentes, por meio de palestras, reuniões e dinâmicas realizadas com pais, professores e alunos.

Atualmente, segundo dados coletados junto à Coordenação Estadual Operacional da PEC (vide quadro a seguir – Quadro 1), a Patrulha Escolar atende a mais de 1.000.000 (um milhão) de alunos da rede estadual de ensino em todo o Estado do Paraná, distribuídos nas mais de 2.000 (duas mil) escolas estaduais.

Quadro 1 – Dados Estatísticos do Programa Patrulha Escolar Comunitária

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ ESTADO-MAIOR PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA DADOS ESTATÍSTICOS				
LOCAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS		Nº DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL	Nº DE ESCOLAS ESTADUAIS
	COM EXCLUSIVIDADE	SEM EXCLUSIVIDADE		
CAPITAL	01	0	185.841	165
RMC	16	06	143.734	195
INTERIOR	50	295	766.550	1.716
TOTAL	67	301	1.096.125	2.076

Fonte: Coordenação Operacional Estadual do Programa "PEC", atualizado em outubro de 2007.

Apesar de ainda não ter atingido totalmente seus objetivos e não estar presente em todas as escolas paranaenses, principalmente as estaduais, tem-se

creditado o sucesso deste Programa à especial atenção que é dada à capacitação profissional dos policiais-militares, uma vez que os policiais-militares que atuam nesta atividade têm treinamento específico, e de outras pessoas que atuam no programa, capacitação esta baseada em um planejamento estratégico para a correta e efetiva implantação da Patrulha Escolar e em um controle de qualidade voltado à satisfação da comunidade pelo atendimento de seus anseios, ou seja, a prestação de um serviço policial voltado às necessidades e à realidade de cada comunidade escolar atendida. Esta capacitação profissional será abordada no próximo capítulo.

A atuação da Patrulha Escolar Comunitária além de apresentar resultados positivos na redução dos índices de criminalidade, apresenta-se ao cidadão como protetora e garantidora da boa convivência dos alunos no ambiente escolar resultando na melhoria da imagem do Estado como protetor de toda a sociedade. E, devido à presença do policial-militar, como representante do Estado, ocorre o fortalecimento do trinômio Polícia Militar, Escola e Família, fazendo jus ao seu lema como programa de governo voltado à melhoria das condições de segurança pública: ***“Patrulha Escolar Comunitária, ajudando a escola a construir um futuro melhor para a nossa nação”***.

CAPÍTULO 4

*Fale, e eu esquecerei; Ensina-me, e eu poderei
lembrar; Envolve-me, e eu aprenderei.*
Benjamim Franklin

4 A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

No capítulo anterior discorreu-se sobre o Programa Patrulha Escolar Comunitária, seu surgimento, sua implantação, suas fases, suas dinâmicas e sua estratégia de atuação como programa de governo direcionado para o ambiente escolar, buscando diminuir, por meio da presença do policial-militar nas escolas, os índices e as ocorrências de violência e criminalidade. Neste capítulo específico, tratar-se-á exclusivamente sobre a atividade profissional de capacitação dos profissionais de segurança pública (e de outros) que atuam no Programa.

Este trabalho de capacitação, desenvolvido pela Coordenação Estadual da Patrulha Escolar Comunitária, em conjunto com a Coordenação Operacional da PEC e as Seções de Planejamento Operacional e Instrução dos diversos órgãos (Estado-Maior, Grandes Comandos e Unidades Policiais Militares de Área) da Polícia Militar do Paraná, com o apoio e parceria da Secretaria de Estado da Educação e de outros órgãos governamentais, procura, além de padronizar a forma de atendimento à comunidade escolar, preparar os policiais-militares para enfrentar os problemas hoje encontrados em tal ambiente e também atuar como um “assessor de segurança” capaz e motivado, e engajado nos princípios da filosofia da Polícia Comunitária.

4.1 RESULTADOS JÁ OBTIDOS

Desde 2003, com os preparativos para sua implantação em fevereiro de 2004, já foram capacitados em Patrulha Escolar Comunitária, até o mês de setembro de

2007, segundo dados fornecidos pela Coordenação Estadual Operacional da PEC, 2.543 (dois mil quinhentos e quarenta e três) militares estaduais paranaenses, além de outros 330 (trezentos e trinta) profissionais civis ligados à área de educação, principalmente aos 32 (trinta e dois) Núcleos Regionais de Ensino do Estado do Paraná, incluídos os Diretores de escolas estaduais, a Guarda Municipal de Curitiba e as Regionais dos Conselhos Tutelares de Curitiba.



Figura 3 – Fotografia de policiais-militares capacitados em Faxinal do Céu, em 03/03/2006.
Fonte: Arquivo pessoal.

O quadro (Quadro 2) constante na página seguinte demonstra, em números reais, a quantidade de militares estaduais capacitados desde 2003, tanto em atividades e cursos de capacitação localizados como em Encontros Estaduais (foram quatro até agora) especialmente organizados para tal fim.

QUADRO 2 - Número de policiais-militares capacitados em Patrulha Escolar Comunitária

OPM/ANO	Números de policiais-militares capacitados em Patrulha Escolar Comunitária														TOTAL
	2003	04/02/04	20/07/04	29/07/04	10/05/04	27/08/04	10/03/05	07/07/05	03/03/06	07/07/06	29/11/06	15/05/07	16/07/07	30/09/07	
12º BPM	20	16	3		6	4	0	3		3	6	6	1	3	71
13º BPM	22	22	10		5	2	0	4		5	7	7	2	0	86
20º BPM		6	8		6	4	0			1	3	4	2	5	39
17º BPM	25	25	7		7	3		8		6	10	7	6	4	108
1º BPM			10		11	1	8	13		2	11	7	13	6	106
2º BPM							1	1		2	3	4	10	11	44
3º BPM				15	8		5	1		15	5	2	21	16	88
4º BPM		20					9	6		10	6	4	6	13	74
5º BPM	80						9	2		4	11	7	2	4	130
6º BPM					1		3	1		1	3	0	12	5	27
7º BPM							1	1		16	11	0	9	14	58
8º BPM							1	1		8	1	3	12	23	51
9º BPM							21			4	3	1	5	2	42
10º BPM							1	1		14	3	1	12	15	52
11º BPM							1	1		8	4	1	19	10	46
14º BPM						6				5	5	1	5	1	25
15º BPM							1	1		9	4	4	8	13	41
16º BPM						10	3	1		5	6	1	14	10	52
18º BPM							1			13	2	1	10	8	35
19º BPM										0	17	1	9	6	37
1ª CIA IND		5								9	3	2	8	0	29
2ª CIA IND										0	2	0	4	3	10
3ª CIA IND										0	1	1	10	0	14
RPMon										0	0	0	0	1	1
TOTAL	147	94	38	15	44	24	43	67	158	73	125	65	200	173	1266
TOTALIZAÇÃO PARCIAL DE POLICIAIS CAPACITADOS EM PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA															
TOTAL DE POLICIAIS NO I ENCONTRO de 20 a 22/11/04															
TOTAL DE POLICIAIS NO II ENCONTRO de 12 a 15/12/05															
TOTAL DE POLICIAIS NO III ENCONTRO de 18 a 22/07/06															
TOTAL DE POLICIAIS NO IV ENCONTRO de 16 a 20/07/07															
TOTAL DE POLICIAIS-MILITARES CAPACITADOS PELO PROGRAMA "PEC"															

350
280
375
272
2543

Fonte: Coordenação Estadual Operacional da PEC.

Como se pôde ver, desde o primeiro curso de capacitação, ocorrido em meados de 2003, que teve por finalidade capacitar os primeiros policiais-militares que atuariam no programa, por ocasião de seu lançamento oficial em fevereiro de 2004, já foram realizadas pela Coordenação Estadual Operacional da Patrulha Escolar Comunitária 14 (quatorze) capacitações em todo o Estado do Paraná, além dos quatro (04) grandes Encontros Estaduais realizados nos anos de 2004, 2005, 2006 e neste ano de 2007, que, além de servirem como forma de capacitação, também servem como oficinas de reforço, reciclagem e aprimoramento de militares estaduais e de civis que atuam ou que possuem envolvimento com o programa e com escolas estaduais.

Os quatro grandes Encontros Estaduais citados, promovidos pela PMPR, por intermédio da Coordenação Estadual da PEC, foram todos realizados nas instalações da chamada Universidade do Professor, na localidade de Faxinal do Céu, Município de Pinhão, no interior do Estado, sempre com o apoio da Secretaria de Estado da Educação, por intermédio dos respectivos Núcleos Regionais envolvidos, e de outros órgãos e instituições afins.

4.2 O PROGRAMA BÁSICO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O policial-militar paranaense, para prestar serviços na Patrulha Escolar Comunitária e atuar junto às escolas, segundo critérios estabelecidos no **Programa Patrulha Escolar Comunitária do Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2003, PROGRAMA “PEC”)**, que é fiscalizado pelos integrantes da Coordenação Estadual Operacional do Programa, além da habilitação nas disciplinas já cursadas anteriormente durante sua formação básica e em cursos e especializações, deverá ter

[...] perfil próprio para trabalhar com crianças, adolescentes e adultos e passar por treinamento específico, de pelo menos 30 (trinta) horas, onde seja capacitado para uma prestação de serviço muito mais coerente e convincente, visando minimizar os problemas de segurança pública no interior e nas cercanias dos estabelecimentos de ensino, agilizando e consolidando o atendimento às solicitações da comunidade escolar, ampliando e consolidando o policiamento preventivo, tornando o policial mais participativo e atuante nas soluções de questões relativas à segurança

escolar, obtendo como resultados a minimização dos índices de ilicitudes.
(PARANÁ, 2003. PROGRAMA “PEC”, p. 9).

Com base na premissa acima e pela forma e métodos aplicados na capacitação específica dos profissionais de segurança pública e de educação que integram a Patrulha Escolar, que são diferenciados dos tradicionais métodos aplicados em instituições policiais, consta no programa de capacitação em Patrulha Escolar Comunitária da PMPR, elaborado pela Coordenação Estadual, o seguinte PROGRAMA BÁSICO.

4.2.1 Para a Primeira Etapa do Programa

Objetivando uma correta avaliação das instalações físicas do estabelecimento de ensino quanto à segurança que estas proporcionam ou não, com verificação detalhada de sua parte estrutural, principalmente sob a ótica da segurança pública, com sugestões e recomendações de aprimoramento e adaptações estruturais para a emissão de “laudo de segurança”, faz parte do programa de capacitação em PEC, para a primeira etapa, o seguinte conteúdo:

- a) Apresentação do Programa “Patrulha Escolar Comunitária”;
- b) Ênfase às Atividades da 1ª Etapa;
 - Segurança Patrimonial – orientações de procedimentos e adaptações de segurança nas instalações físicas;
 - Técnicas de Vistoria de Instalações Físicas;
- c) Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- d) Aulas Práticas;
- e) Polícia Comunitária, com ênfase nas atividades de Patrulha Escolar;
- f) Ações Curativas;
 - Técnicas de Patrulhamento;
 - Busca Pessoal [preventiva (coletiva) e por fundada suspeita];
 - Operações Externas;
 - Legislação de Trânsito;

- Abordagem de Veículos;
- g) Prevenção ao Uso de Drogas;
- h) Ações Conciliatórias;
- i) O Ambiente “Educação” e a Organização Escolar;
- j) Permissionário;
- k) Encaminhamento de Alunos;
- l) Adolescência e Infância, com noções de Psicologia e Pedagogia;
- m) Resolução de Conflitos;
- n) Artefatos Explosivos – prevenção;
- o) Relações Humanas.

4.2.2 Para a Segunda Etapa do Programa

Para a coleta de informações visando a formação de diagnósticos e o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos, com a aplicação de dinâmicas específicas junto à comunidade escolar para identificar os problemas comuns, buscar soluções, refletir sobre os papéis de cada segmento e obter compromissos nestes segmentos (pais, alunos, professores e funcionários) levando-os a diagnosticar sua realidade, refletir e buscar soluções para os problemas comuns, bem como comprometer-se a participar da transformação dessa realidade, com a construção dos planos de ação e das palestras a serem utilizados nas etapas seguintes, faz parte do programa de capacitação em PEC, para a segunda etapa, o seguinte conteúdo:

- a) Revisão do Programa;
- b) Ênfase à 2ª Etapa;
- c) Aplicação das Dinâmicas – teoria e prática;
- d) Construção do Plano de Ação;
- e) Construção do Plano de Palestras;
- f) Prática de Ensino I;
- g) Treinamento de Tiro;
- h) Primeiros-socorros.

4.2.3 Para a Terceira e Quarta Etapas do Programa

Visando a elaboração do “plano de ação”, isto pela administração e comunidade escolar, após análise das informações coletadas, com a concretização das idéias obtidas na fase das dinâmicas, mudando procedimentos e tomando providências necessárias, buscando também um maior envolvimento dos órgãos municipais, estaduais e federais, trabalhando de forma integrada na solução dos problemas apurados, para cumprir as metas determinadas na segunda etapa, além da realização das palestras a todos os segmentos da comunidade escolar, cujos temas serão definidos a partir dos levantamentos efetuados na segunda etapa, faz parte do programa de capacitação em PEC, para a terceira e quarta etapas, o seguinte conteúdo:

- a) Revisão do Programa;
- b) Ênfase à 3ª e 4ª Etapas;
- c) Avaliação da 3ª Etapa;
- d) Construção do Plano Complementar de Ação;
- e) Palestras: Conteúdo (Estatuto da Criança e do Adolescente, Segurança nas Escolas, Prevenção ao Uso de Drogas) Planejamento e Formas de Apresentação;
- f) Prática de Ensino II - Comunicação, Expressão e Oratória: teoria e prática.

4.2.4 Para a Quinta Etapa do Programa

Pela necessidade da elaboração, por comissão de representantes de cada segmento da comunidade escolar, com a participação e assessoramento da PMPR e do NRE, do Plano de Segurança específico de cada escola, que é o documento que reunirá dados e registros das etapas anteriores, bem como a evolução havida no grupo, proporcionando um compêndio de informações que possibilitarão a continuidade do trabalho

dentro de um foco de atuação escolhido e discutido pela comunidade escolar, bem como quais as regras a serem seguidas a partir de então, visando o aumento da segurança, faz parte do programa de capacitação em PEC, para a quinta etapa, o seguinte conteúdo:

- a) Revisão do Programa;
- b) Construção do Plano de Segurança.

4.2.5 Palestras Complementares

Em todas as fases de capacitação acima citadas, são comuns a realização de palestras diversas, proferidas por diferentes profissionais e especialistas convidados pela Coordenação do Programa, objetivando melhorar ainda mais a atividade profissional a ser desenvolvida pelos capacitandos e otimizar a tão necessária mudança comportamental exigida de cada um deles. Para exemplificar, segundo registros da Coordenação Estadual Operacional da PEC, citam-se palestras com os seguintes temas: Inteligência Policial, Conciliação com Gangues, Sistemas de Informações, Resgate da Autoridade Escolar e Familiar, dentre outras.

4.3 VINCULAÇÃO OPERACIONAL

Além dessa capacitação específica, dita o Programa da PEC que todos os policiais-militares que trabalham na Patrulha Escolar Comunitária devem ficar vinculados às suas unidades operacionais de origem (Batalhões de Área ou Companhias Independentes), mas deverão desempenhar suas funções de forma exclusiva e sob o comando, coordenação, supervisão e acompanhamento de um Oficial de Ligação, além de contarem com o apoio técnico e pedagógico da Coordenação Estadual Operacional do programa, em que estão Oficiais da PMPR e profissionais designados pela Secretaria Estadual de Educação com função exclusiva para tal mister.

CAPÍTULO 5

O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.

Albert Einstein

5 RESULTADOS OPERACIONAIS E PRÁTICOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS ESCOLAS

Após ter sido abordado no Capítulo 4 a questão central deste trabalho, que é a capacitação profissional daqueles policiais que trabalham no Programa Patrulha Escolar Comunitária, em que se viu seu conteúdo e sua forma diferenciada de execução como processo de ensino-aprendizagem, apresentaremos neste quinto capítulo, alguns resultados, tanto práticos como operacionais, decorrentes da aplicação do programa nas escolas da rede estadual de ensino.

Em depoimentos pessoais, os integrantes da Coordenação Estadual Operacional do Programa Patrulha Escolar Comunitária afirmam, categoricamente, que com a atuação da Patrulha Escolar Comunitária junto às escolas, percebe-se que a sensação de segurança é restabelecida imediatamente após o início dos trabalhos dos policiais, isto em decorrência da presença ostensiva dos policiais-militares na escola e no seu ambiente, além do próprio acompanhamento realizado nos casos de resolução de conflitos e na interação havida entre eles e a comunidade escolar (alunos, professores, diretores, funcionários e pais) e autoridades locais.

Além desse restabelecimento da “sensação” de segurança, afirmam os responsáveis pelo Programa que as próprias condições reais de segurança também melhoram, isto em função da implantação do programa em si e em decorrência das ações e operações que são desenvolvidas pelas equipes da Patrulha Escolar Comunitária.

O quadro a seguir (Quadro 3) contém dados realmente interessantes.

Quadro 3 – Dados do Programa Patrulha Escolar Comunitária

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ ESTADO-MAIOR PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA DADOS ESTATÍSTICOS		
RESUMO DA ATIVIDADE	REGISTROS	N.º DE ENVOLVIDOS
ABORDAGEM	3.390	12.182
ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA	2.961	33.970
CONTATO COM AUTORIDADE MUNICIPAL	72	18
CONTATO COM CONSELHO TUTELAR	60	234
CONTATO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO	9	0
CONTATO COM O PODER JUDICIÁRIO	5	7
CONTATO COM A POLÍCIA CIVIL	22	76
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM AUTORIDADES	7	33
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM DIRETORES	7	0
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM NRE	15	374
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM OFICIAL DE LIGAÇÃO	19	4
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM PERMISSIONÁRIO	17	432
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM POLICIAIS-MILITARES	12	64
COORDENAÇÃO - REUNIÃO COM PROFESSORES	2	0
ENCAMINHAMENTOS DA II ETAPA	48	958
PRESENÇA EM ENTRADAS / SAÍDAS	27.019	2.600
I ETAPA	117	40
II ETAPA - ALUNOS	395	17.689
II ETAPA - COMUNIDADE	43	760
II ETAPA - PAIS	144	8.030
II ETAPA - PROFESSORES	147	2.510
IV ETAPA - ALUNOS	287	14.428
IV ETAPA - PAIS	31	1.462
IV ETAPA - PROFESSORES	26	270
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	544	1.274
NRE - AGENDAMENTO DE DINÂMICAS	1	2
NRE - AGENDAMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PALESTRAS	5	1.150
NRE - CONCILIAÇÃO DE CONFLITO	4	8
NRE - CONTATOS COM AUTORIDADES	1	0
NRE - GERENCIAMENTO DA III ETAPA	1	0
NRE - ORIENTAÇÃO A DIRETORES	4	1
NRE - ORIENTAÇÕES A ALUNOS	12	1.048
NRE - ORIENTAÇÕES A PAIS	8	11
NRE - ORIENTAÇÕES A PROFESSORES/FUNCIÓARIOS	3	0
PATRULHAMENTO	28.427	145.657
REUNIÃO – COM DIREÇÃO	276	2.827
REUNIÃO – COM PAIS	131	2.088
REVISTA COLETIVA	165	12.741
REVISTA INDIVIDUAL	30	84
SERVIÇO ADMINISTRATIVO	650	235
V ETAPA	68	326
VISITAS	44.133	27.543
TOTAL GERAL	109.318	291.136

Fonte: Coordenação Operacional Estadual do Programa “PEC”, atualizado em outubro de 2007.

Neste quadro, que contém dados fornecidos pela Coordenação Estadual Operacional da PEC sobre suas atividades em 2007, verifica-se que a Patrulha

Escolar Comunitária conta, somente neste ano de 2007, com cerca de 110.000 (cento e dez mil) atividades realizadas no período compreendido entre janeiro e outubro, sendo que, 97,3% destas atividades caracterizam-se de caráter preventivo e 2,7% caracterizam-se em atendimento a ocorrências e mediações de conflitos. Neste quadro, também se encontram dados de operações realizadas nas escolas e no seu entorno.

No quadro abaixo (Quadro 4), também com dados fornecidos pela PEC, encontra-se um resumo de armas de fogo apreendidas nos anos de 2005, 2006 e 2007, bem como a percentagem de aumento ou diminuição das apreensões de cada ano em relação ao ano anterior.

Quadro 4 – Armas de fogo apreendidas

2005	2006	2007
19	26	11
16	23	10
23	16	23
58	65	44
	% Ano anterior	% Ano anterior
-	12,07	- 32,31

Fonte: Coordenação Operacional Estadual do Programa "PEC", atualizado em outubro de 2007.

Nos próximos quadros (Quadros 5 e 6) encontrar-se-á um resumo do número de adolescentes apreendidos e pessoas presas em operações realizadas nas escolas e/ou em seus entornos (imediações).

Quadro 5 – Adolescentes apreendidos

2005	2006	2007
21	14	39
17	12	08
28	09	73
66	35	120
	% Ano anterior	% Ano anterior
-	- 46,97	242,86

Fonte: Coordenação Operacional Estadual do Programa "PEC", atualizado em outubro de 2007.

Quadro 6 – Adultos presos

2005	2006	2007
11	10	18
06	04	03
08	14	18
25	28	39
	% Ano anterior	% Ano anterior
-	12,0	39,29

Fonte: Coordenação Operacional Estadual do Programa “PEC”, atualizado em outubro de 2007.

Nos Quadros 4, 5 e 6, acima apresentados, pode-se visualizar que alguns aspectos descritos tiveram diminuição e, em outros, houve um aumento neste ano de 2007 em relação aos anos anteriores. A explicação para isso encontra-se em Neumann, quando laborou em sua Monografia de conclusão do CAO/2005, em que analisou os resultados da presença da Patrulha Escolar Comunitária nas escolas estaduais do município de Curitiba. Assim, afirma ele:

Analisando os números de ocorrências que foram atendidas pela Polícia Militar no município de Curitiba, no ambiente “Escola”, números estes constantes nas tabelas (em anexo) e referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005, verifica-se de imediato que houve um aumento no número de ocorrências atendidas e, portanto, geradas no SisCOp, por parte de equipes de Policiais-Militares, o que não significa que houve um aumento real da criminalidade ou da violência nas escolas, mas sim há a demonstração inequívoca que aumentou o grau de confiabilidade da comunidade na Polícia Militar, justamente pela atuação das Equipes da Patrulha Escolar Comunitária.

Estes números demonstram que as pessoas, por conta do aumento do grau de confiabilidade na força policial, estão “delatando” e/ou denunciando com maior intensidade e frequência para a polícia as ocorrências que presenciaram ou estão envolvidas. Isto é fruto das orientações repassadas pelos policiais da PEC e faz com que as pessoas tenham um referencial no atendimento da Polícia Militar nas escolas, como bem demonstrou a pesquisa realizada nas escolas, com professores, pais e alunos, por meio de questionário. (NEUMANN, 2005, p. 21 et. seq.)

Outro aspecto que também merece importância é a intensificação da presença de policiais-militares nas escolas, tanto pela expansão do programa como pelo aumento no número de ações e operações e demais atividades desenvolvidas pelas equipes da Patrulha Escolar Comunitária.

Outros dados importantes que deveriam ser analisados e citados seriam os índices de violência e criminalidade registrados pela Polícia Militar neste ambiente específico “escola”, isto em períodos anteriores a 2004 e desde que a Patrulha

Escolar Comunitária entrou em funcionamento. Todavia tais dados não estão disponíveis, de forma confiável e técnica, junto aos bancos de dados da Coordenação Estadual Operacional da Patrulha Escolar Comunitária. Esta constatação serviu de alerta e também de incentivo para os integrantes de tal coordenação. De alerta para que eles tenham tabulados estes dados tão importantes para conhecimento, divulgação e comprovação fática dos trabalhos das equipes da PEC. E de incentivo para que existam outros trabalhos de pesquisa para a tabulação de tais dados e índices e para o desenvolvimento e aprimoramento do programa e de outros assemelhados.

Alguns índices puderam ser inferidos quando do trabalho de pesquisa realizado pelo Capitão QOPM Daniel Neumann, quando laborou a **Monografia Patrulha Escolar Comunitária: a presença da Polícia Militar nas escolas de Curitiba e seus resultados** (NEUMANN, 2005), cujos resultados são apresentados, como comentários, no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6

Não há nenhum segredo para o sucesso. É o resultado de preparação, trabalho duro, e aprender com o fracasso.
General Colin L. Powell

6 COMPROVAÇÃO DO SUCESSO

No capítulo anterior foram apresentados os resultados operacionais e práticos decorrentes das atividades desenvolvidas pelas equipes da Patrulha Escolar Comunitária junto às escolas da rede estadual de ensino. Agora, neste último capítulo, será comprovado o efetivo sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária, tanto por si só como um programa bem planejado e estruturado, mas também em consequência das atividades de capacitação profissional diferenciada que já foram objeto de análise no Capítulo 4.

Consultando o trabalho de pesquisa realizado por Neumann em sua Monografia **Patrulha Escolar Comunitária: a presença da Polícia Militar nas escolas de Curitiba e seus resultados** (NEUMANN, 2005), e verificando os resultados obtidos, ficou constatado que 100% dos professores e dos pais de alunos, e 98% dos alunos pesquisados, aprovaram a presença da Patrulha Escolar Comunitária no ambiente escolar, de forma a prevenir e reduzir a criminalidade, o que reflete os anseios da comunidade no que se refere à segurança pública e à presença do policial-militar capacitado de acordo com a filosofia do policiamento comunitário. (NEUMANN, 2005, p. 23 et. seq.).

Em outra questão, foi verificado que 85% dos professores, 78% dos pais de alunos e 73% dos alunos pesquisados passaram a se sentir mais seguros na escola com a atuação das equipes da Patrulha Escolar Comunitária, livres de ameaças, ofensas e atuação de gangues. (NEUMANN, 2005, p. 31 et. seq.). Este importante dado foi corroborado quando foi também constatado que 81% dos professores, 86% dos pais de alunos, e 74% dos alunos pesquisados sentiram que houve diminuição no número de delitos nas escolas, tanto interna como externamente, pela presença da Polícia Militar por meio da atuação da Patrulha Escolar Comunitária. (NEUMANN, 2005, p. 39 et. seq.).

Finalmente, no trabalho de Neumann também há a comprovação de que os policiais-militares da Patrulha Escolar Comunitária agem de forma diferenciada, sendo mais atenciosos, mais educados e mais calmos que aqueles policiais que não pertencem ao Programa. Tal fato ficou constatado nas respostas de 92% dos professores pesquisados. (NEUMANN, 2005, p. 41 et. seq.). Isto, sem sobra de dúvida, vem comprovar que a forma diferenciada de capacitação do Programa PEC, baseada nos princípios da filosofia da Polícia Comunitária, em substituição à capacitação tradicional da polícia, torna o policial da Patrulha Escolar mais afável, mais próximo da comunidade, mais ciente e consciente de sua importância na comunidade como profissional de segurança pública que efetivamente é, desempenhando suas atividades como assessor de segurança e como parceiro da escola.

Em depoimento pessoal, a Advogada Margarete Maria Lemes, que, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, mas exercendo funções junto à Coordenação Estadual Operacional do Programa Patrulha Escolar Comunitária, desde o ano de 2003, por ocasião da já comentada reformulação da antiga Patrulha Escolar e sua transformação em Programa de Governo e sua vinculação aos princípios da polícia comunitária, participou do planejamento, organização e desenvolvimento de todas as capacitações já realizadas, bem como participou pessoalmente de um grande número delas e de todos os quatro grandes Encontros Estaduais, assim relata sua experiência com o programa e com a capacitação diferenciada dos tradicionais métodos de capacitação aplicados em instituições e organizações policiais, principalmente, e de educação,

O que há nas capacitações da PEC que não existem nas outras atividades realizadas com policiais-militares ou com profissionais da educação?

Primeiramente levamos tudo muito a sério, como tudo em educação e segurança pública deve sempre ser. Tudo é tratado com profissionalismo, com compromisso e engajamento. Mesmo quando há espaços para brincadeiras (atividades lúdicas das capacitações, conforme dinâmicas e programas) são levadas a sério.

Os temas são escolhidos visando munir o policial-militar da PEC de assuntos e conhecimentos que lhes sejam úteis no dia-a-dia. Por isso, a carga de atenção à interação, troca de experiências, sensibilização para as atividades do Programa é muito grande. Procuramos fazer com que a capacitação proporcione aquilo que chamamos de “primeira transformação”. E geralmente é assim mesmo, os policiais chegam receosos, cheios de resistências, desconfianças, descréditos, mas, ao final querem mais, muito mais conhecimentos. Geralmente voltam às suas cidades e iniciam uma nova fase de trabalho em sua carreira policial, buscando interação com a comunidade, procurando desenvolver atividades policiais que efetivamente

“resolvam” problemas grandes e pequenos com atitudes simples e aplicando o conteúdo do Programa Patrulha Escolar Comunitária.

Importante é destacar que já foram capacitados inúmeros policiais-militares, representantes de cada um dos 32 Núcleos Regionais de Ensino, alunos dos Cursos de Formação da Academia Policial Militar do Guatupê, Guardas Municipais de Curitiba, Diretores de Escolas, Conselheiros Tutelares de Curitiba, todos com a mesma filosofia e com o mesmo conteúdo programático, indistintamente.

Após a grande “transformação” acontecida na capacitação inicial, os policiais-militares da PEC são constantemente acompanhados, avaliados e instruídos quando no desenvolvimento das diversas atividades do Programa. As avaliações são feitas através de feedback’s periódicos e constantes, tanto com os próprios policiais da Patrulha, como com os Oficiais de Ligação e Diretores das escolas que atendem.

É muito comum os diretores das escolas fazerem a distinção entre os policiais-militares da PEC com os de outras atividades desenvolvidas pela PMPR. Tais diretores descrevem a atuação dos integrantes da Patrulha Escolar Comunitária como muito mais próximos da realidade das escolas do que qualquer outro profissional de segurança.

Os policiais-militares da PEC são recebidos e acolhidos nas escolas com muito carinho e, principalmente, confiança acima de tudo, o que torna o trabalho das escolas e da Polícia Militar do Paraná de excelente qualidade profissional e técnica, proporcionando uma maior sensação de segurança nas escolas paranaenses, que é um dos objetivos maiores do Programa.

O absoluto sucesso alcançado pelo Programa Patrulha Escolar Comunitária é fruto do trabalho em conjunto entre policiais-militares, educadores e comunidade, com base na realidade de cada um, feito com continuidade e comprometimento mútuo. (LEMES, M. M., 2007, depoimento pessoal).

Outro depoimento pessoal importante a ser destacado é o do próprio Coordenador Estadual do Programa Patrulha Escolar Comunitária, Tenente-Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, Secretário de Estado Chefe da Casa Militar da Governadoria do Governo do Paraná, cuja participação no programa, desde sua idéia original até sua transformação em Projeto de Governo e sua efetiva implantação, já está bem destacada neste trabalho, que assim se posiciona:

Fazemos uma avaliação muito positiva dos trabalhos da Patrulha Escolar Comunitária. Pesquisas mostram que o índice de violência, assim como a própria criminalidade, diminuiu nas escolas alcançadas pelo programa, e percebemos a receptividade das pessoas, que se mostram mais conscientes com o trabalho de segurança comunitário.

A presença do policial-militar nas escolas, atuando de forma comunitária e participativa, faz com que os estudantes, principalmente, mudem atitudes e fiquem mais dispostos a colaborar para a melhoria da qualidade de vida da sua comunidade.

A forma moderna e diferenciada de capacitação da Patrulha Escolar Comunitária, ao capacitar também profissionais da educação, comprova o aspecto de que o sucesso da segurança na comunidade escolar depende da forma como professores recebem e abordam os alunos.

O objetivo de cada atividade de capacitação, principalmente dos grandes Encontros é discutir de que forma os profissionais da educação, assessorados por profissionais de segurança pública, podem agir para melhorar a qualidade de vida e a segurança da comunidade escolar.

A base do programa é a filosofia do policiamento comunitário. Por exemplo: um jovem que comete delito não é responsabilidade apenas da polícia, mas sim da sociedade como um todo. Com o programa, pretendemos descobrir como “polícia” e “escola”, juntas, podem evitar que jovens cometam infrações e sejam marginalizados.

É por isso que a atuação da Patrulha Escolar Comunitária é mais preventiva do que repressiva. E este é um fator de grande aceitação e sucesso do programa: o tratamento e a abordagem diferenciadas dos métodos tradicionais das polícias tradicionais, não comunitárias. (OLIVEIRA, A. J., 2007, depoimento pessoal).

Mais um fator que perfeitamente também comprova o sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária e da sua forma de capacitação é a existência de inúmeras avaliações positivas feitas pelas escolas estaduais onde é aplicado o programa. Tais avaliações constam dos relatórios periódicos enviados pelos Núcleos Regionais de Ensino da SEED à Coordenação Estadual Operacional da PEC (PMPR). Estes relatórios se destinam ao controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Patrulha Escolar Comunitária, em conjunto com a respectiva comunidade escolar, com o intuito de se verificar o desenvolvimento das diversas atividades do programa, a obediência ao cronograma, participação da escola e da comunidade nas atividades e os resultados obtidos, tudo com o intento de possibilitar, se necessário, correções de rumos ou de atitudes de todos os envolvidos.

Também, em pesquisa realizada junto aos arquivos da Coordenação Estadual Operacional do Programa, ficou constatado o envio, por parte de diretores e responsáveis por escolas, Coordenadores Regionais da PEC junto aos Núcleos Regionais de Ensino, e Chefes de Núcleos, de um incontável número de elogios e comentários positivos sobre o programa em si e seus resultados práticos: sobre a redução de atos delituosos dentro das escolas (principalmente); sobre a atuação dos policiais-militares, especialmente no que diz respeito à melhoria no relacionamento entre escolas e Polícia Militar; isto por conta da “mudança comportamental” e de procedimentos pessoais e profissionais dos policiais-militares no trato das questões de segurança pública, comportamento este decorrente deste novo estilo de conduta policial adquirido pelo integrante da Patrulha Escolar Comunitária que, assimilando perfeitamente os conceitos de polícia comunitária, tem se comportado e atuado dessa nova forma de “fazer” e “pensar” polícia.

Uma última maneira de se comprovar o sucesso do programa é a verificação de diversas matérias e notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa estaduais, em

que são destacadas a redução dos índices de violência e criminalidade no ambiente escolar e melhoria nas condições reais e na sensação de segurança das escolas atendidas. Como exemplo recente, pode-se destacar:

Patrulha Escolar já atende 65,5% dos estudantes da rede estadual de ensino – Programa que mudou a realidade das escolas estaduais do Paraná e está garantindo mais tranquilidade à comunidade escolar completa três anos. A Patrulha Escolar Comunitária (PEC) chega ao terceiro aniversário atendendo a 65,5% dos alunos da rede pública estadual de ensino – 50,4% das 2.097 escolas estaduais são atendidas pelo programa, que está presente em 65 municípios. (Paraná-Online, Últimas Notícias, 02/03/2007, disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/noticias/index.php?op=ver&ano=2007&id=265130&caderno=17>>. Acesso em: 15 out. 2007).

6.1 SUCESSO X CAPACITAÇÃO

Essas novas maneiras da comunidade, da população organizada, solicitar à polícia novos procedimentos em relação às suas formas de atuação e de tratamento para com o público, têm mostrado aos policiais a importância de como eles podem perceber e conceber o seu trabalho, a sua profissão, fazendo-os entender que eles são prestadores de um serviço público, direcionado ao assessoramento de segurança pública e não só à resolução de situações policiais, de criminalidade violenta e emergenciais.

É por meio da comunidade, em um trabalho conjunto, em uma parceria com a polícia que a sociedade organizada poderá vencer o crescimento da criminalidade e da violência. Para isto, é de cabal importância restabelecer as condições ideais de ordem, segurança e tranquilidade no ambiente escolar, onde os policiais devem atuar como um elo entre a comunidade e o poder público, afastando o crime e os criminosos – principalmente os ligados ao tráfico de drogas e de armas – a fim de se elevar a qualidade de vida das crianças e adolescentes, constantes vítimas que são da violência hoje instalada no Brasil e, por consequência, no Paraná.

Ainda, muitas constatações levam a ver a escola hoje como formadora do futuro cidadão, em substituição à família como célula da formação do caráter e da conduta pessoal. Tal aspecto inegável faz refletir que, ao se afirmar que aquilo que se aprende na escola se transmite à futura geração e por mais gerações futuras, leva a inferir que, ao se melhorar o ambiente escolar, tornando-o mais seguro, livre da violência e da criminalidade e de suas conseqüências, isso com a presença do policial especialmente capacitado em seu “ambiente”, ter-se-á, no futuro, cidadãos melhores, com menos indivíduos à margem da sociedade, chamados popularmente de “bandidos”, de “marginais”.

Isto fica bem demonstrado quando Balestreri, com propriedade, dado sua grande experiência profissional e também na elaboração de módulos formativos para forças de Segurança Pública de vários estados brasileiros, afirma no ensaio **Qualificar o Processo Qualificando a Pessoa – Algumas Contribuições à Reflexão Sobre Capacitação de Operadores Policiais** (BALESTRERI, 2003, p. 57 et. seq.) que:

Um paradigma novo de “capacitação” precisa trabalhar com conteúdos e dinâmicas auto-referenciadas, voltadas para as demandas imediatas e mediatas do sujeito como pessoa (e não do “operador” como profissional, em primeiro plano). Em outras palavras: a qualificação do exercício profissional passa, necessariamente, pela qualificação existencial do sujeito. (BALESTRERI, 2003, p. 65).

Continua ele, assim afirmando:

Treinamentos de eficiência operatória, que não sejam antecidos pela reflexão do psicológico, do inter-pessoal familiar e do campo profissional, pelo axiológico, pelo espiritual (em sentido amplo) estão fadados ao fracasso por seu artificialismo e desvinculação das demandas mais profundas do beneficiário. (BALESTRERI, 2003, p. 65).

Dessa forma, com as atividades desenvolvidas pelas equipes da Patrulha Escolar Comunitária, percebe-se, claramente, que a Polícia Militar do Paraná está fazendo sua parte no processo de educação e cidadania, contribuindo para que crianças e adolescentes sejam afastados de situações de risco, de criminalidade e de violência, simplesmente até pela proximidade de sua presença neste ambiente, auxiliando a escola a desenvolver sua principal atividade e não estar preocupada com outras questões que lhe atrapalhem no seu papel dentro da sociedade.

Este sucesso alcançado pelo Programa da Patrulha Escolar Comunitária pode servir de exemplo para que a Corporação passe a incluir, quando da elaboração de “planos de comando” e de “planejamentos operacionais”, esta capacitação profissional diferenciada como medida necessária à implantação de outros programas de governo na área de segurança pública, isto para o conseqüente sucesso dos mesmos.

Da mesma forma, o sucesso do Programa “PEC” também pode servir de motivação para que aqueles profissionais de segurança pública, principalmente os policiais-militares, hoje ainda descrentes e resistentes à adoção da filosofia de polícia comunitária em substituição ao policiamento tradicional, fiquem convencidos de que o futuro da manutenção das atuais estruturas policiais e da própria “polícia”, passa, obrigatoriamente, pela mudança comportamental de seus integrantes, aproximando-se mais da população, integrando-se e interagindo com ela, em todos os seus ambientes e comunidades, principalmente no ambiente escolar, onde se forma o futuro cidadão.

CAPÍTULO 7

Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos.
Albert Einstein

7 CONCLUSÃO

Necessário se faz que as organizações policiais brasileiras, sob pena, inclusive, do questionamento público de suas utilidades e da necessidade de suas existências no contexto do serviço público e no ordenamento jurídico nacional, mobilizem-se no sentido de atender aos anseios de suas comunidades. Não há empresa no mundo que consiga sobreviver quando não consegue atingir o objetivo, o fim para o qual se propõe: a satisfação do seu cliente.

Para que isso aconteça é importante que as “polícias” brasileiras trabalhem com inteligência, formando e capacitando melhor seus contingentes e, principalmente, adotando planejamentos estratégicos nas áreas de emprego operacional, qualidade do serviço público e atendimento à comunidade, como é estabelecido na filosofia da Polícia Comunitária.

O exemplo que é dado pelo Programa Patrulha Escolar Comunitária desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, ao realizar uma capacitação diferenciada de todas as pessoas, policiais ou não, que trabalham no programa, junto às escolas e à comunidade que dela faz parte ou com ela interage, bem demonstra tal importância.

Demonstra também a preocupação da PMPR para com as futuras gerações e para com o futuro da sociedade paranaense, que, por conta de contribuir de modo significativo para melhor educar os hoje “crianças” e “adolescentes”, está projetando melhores condições de segurança pública para os próximos anos, além de contribuir para a formação de cidadãos melhores, mais politizados, mais conscientes de seus deveres e direitos, respeitadores dos princípios legais, morais e éticos, em benefício deles mesmos e de toda a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. 3. ed. rev. amp. Passo Fundo: CAPEC/Berthier, 2003.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária – Polícia cidadã para um povo cidadão**. 3. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar/Comunicare, 2007. 12 v.

BRASIL. **Manual básico de policiamento ostensivo**. Brasília: Ministério do Exército, Estado-Maior, Inspeção-Geral das Polícias Militares, 1980.

_____. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>>. Acesso em: 15 set. 2007.

BRUNETTA, Antonio Alberto. **Autoridade policial na escola**. Araraquara: Junqueira & Martins Fontes, 2006.

NEUMANN, Daniel. **Patrulha Escolar Comunitária: A presença da Polícia Militar nas escolas de Curitiba e seus resultados**. Curitiba: CAO, UFPR – APMG/PMPR, 2005.

PARANÁ. **Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR – Diretriz N.º 004/2000 - PM/3**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2000.

_____. **Patrulha Escolar – Diretriz n.º 004/2003 - PM/3**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2003.

_____. **Patrulha Escolar Comunitária**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/patrolhaescolar/index.php?PHPSESSID=2007053008272674>>. Acesso em: 15 set. 2007.

_____. **Polícia Comunitária**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Estudo de Estado Maior da 3ª Seção do Estado Maior, 1997.

_____. **Policiamento Comunitário na PMPR – Diretriz n.º 002/2004 - PM/3**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2004.

_____. **Projeto para implantação da Patrulha Escolar na cidade de Curitiba.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto do Estado Maior, 1994.

_____. **Projeto para implantação de estações de Policiamento Volante – POVO.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto da 3ª Seção do Estado Maior, 1993.

_____. **Projeto Patrulha Escolar III.** São José dos Pinhais: 17º Batalhão de Polícia Militar – Batalhão Metropolitano, 2000.

_____. **Projeto POVO – Estratégia para difusão e implementação de Polícia Comunitária.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto da 3ª Seção do Estado Maior, 2003.

_____. **Proposta de programa para segurança nas escolas – Por uma escola mais segura.** Curitiba: Núcleo Regional de Ensino da Área Metropolitana Norte – Assessoria Jurídica, 2003.

_____. **Programa Patrulha Escolar Comunitária.** Curitiba: Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública – Secretaria de Estado da Educação – Casa Militar da Governadoria, 2003.

PERES, Julio César Araújo. **Policiamento comunitário.** 3. ed. Porto Alegre: Ediletras, 2001.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário – Como começar.** 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 1999. 1 v.